

Repúdio à repressão policial no IFCS-IH da UFRJ

Os presentes ao VII Congresso da Adunesp S. Sindical, reunidos nos dias 24 a 26 de março de 2017, nas dependências do Instituto de Artes (IA) da Unesp, em São Paulo, vêm a público para manifestar seu mais veemente repúdio à repressão desencadeada pela Polícia Militar do Rio de Janeiro contra o campus do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS) e do Instituto de História (IH), da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), localizado no Largo de São Francisco de Paula, ocorrida em 15 de março de 2017. A PM jogou bombas de gás lacrimogênio contra os estudantes e servidores que se encontravam no local, após o ato público de grande expressão que havia acontecido momentos antes no centro do Rio. A repressão já tinha sido intensa contra os trabalhadores e demais manifestantes no ato que marcou o dia de paralisação nacional contra a reforma da Previdência. Em seguida, o Batalhão de Choque da PM do Rio de Janeiro dirigiu suas forças repressivas contra o campus do IFCS-IH.

Esse ataque violento da Polícia Militar às manifestações ocorridas neste dia de lutas, e em especial esse ataque covarde ao campus do IFCS-IH da UFRJ, devem ser denunciados com veemência, pois trazem as lembranças de tristes épocas da ditadura militar, que invadia as universidades para perseguir, reprimir e prender aqueles que lutavam por um país democrático.

A repressão na UFRJ, assim como a violenta repressão policial durante o ato promovido pelo Fórum das Seis contra a “PEC do fim da USP”, em 7/3/2017, somam-se a outros fatos semelhantes, que continuam a ameaçar a nossa democracia

Os delegados e observadores do VII Congresso da Adunesp manifestam solidariedade incondicional a todos as vítimas da violência no IFCS-IH da UFRJ.

Pela democracia e pela autonomia universitária!

Contra a violência e a repressão policial!

Contra a reforma da Previdência!

*São Paulo, 26 de março de 2017.
VII Congresso da Adunesp S. Sindical*

Repúdio à repressão policial na USP

Os presentes ao VII Congresso da Adunesp S. Sindical, reunidos nos dias 24 a 26 de março de 2017, nas dependências do Instituto de Artes (IA) da Unesp, em São Paulo, denunciam a brutalidade policial com que foi tratado um ato público absolutamente pacífico em 7/3/2017, convocado pelo Fórum das Seis em defesa da USP. Os manifestantes solicitavam o estabelecimento de um diálogo democrático com a comunidade acerca de questões cruciais para a sobrevivência da Universidade, que seriam discutidas e eventualmente deliberadas em reunião do Conselho Universitário.

O uso de bombas de gás e balas de borracha, assim como o espancamento de pessoas desarmadas, foi o desfecho de um dia marcado por ações intimidatórias e provocativas perpetradas pela PM desde as primeiras horas da manhã.

A gestão de Marco Antonio Zago é a principal responsável pela repressão sofrida pela comunidade uspiana, uma vez que é prerrogativa do reitor permitir, ou não, a presença e as ações da tropa de choque da PM contra servidores e estudantes da USP, bem como contra parlamentares e representantes de entidades sindicais e de movimentos sociais presentes nesta manifestação.

O VII Congresso da Adunesp manifesta o seu mais veemente repúdio contra as ações da PM que, sob o patrocínio da Administração Central da USP, aviltaram o direito de livre manifestação e violentaram a autonomia de uma das universidades mais importantes do país.

*São Paulo, 26 de março de 2017.
VII Congresso da Adunesp S. Sindical*

**Não ao congelamento de verbas para os serviços públicos!
Repúdio ao teto de gastos.
É hora de construir a greve geral!**

Os presentes ao VII Congresso da Adunesp S. Sindical, reunidos nos dias 24 a 26 de março de 2017, nas dependências do Instituto de Artes (IA) da Unesp, em São Paulo, vêm a público para repudiar um grave ataque desferido contra a população. Trata-se da aprovação Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 55/2016 pelo Senado Federal, que antes havia tramitado como PEC 241/2016 na Câmara dos Deputados. De autoria do governo Temer, foi apresentada em junho de 2016, com o objetivo congelar por “vinte exercícios financeiros” os gastos sociais e custeio dos serviços públicos. Portanto, as despesas com esses setores – com destaque para saúde e educação públicas – passarão a ser corrigidas apenas pela inflação, sem nenhum crescimento real.

A aprovação dessa PEC, promulgada em 15/12/2016 como Emenda Constitucional 95, ameaça causar uma tragédia social sem precedentes, mas que não restará impune. Ao mesmo tempo em que apontamos a necessidade de prosseguir na luta contra a aplicação da EC 95/2016, devemos nos mobilizar para que o governo do estado de São Paulo não tente satisfazer um desejo antigo: acabar com a vinculação de recursos para as universidades estaduais paulistas, o que tornaria ainda mais crítica a crise de financiamento que estas instituições atravessam.

É hora de construir frentes com outros setores da classe trabalhadora, rumo à greve geral! Fora, Temer!

*São Paulo, 26 de março de 2017.
VII Congresso da Adunesp S. Sindical*

**Não à Reforma da Previdência.
Repúdio aos ataques contra os trabalhadores.
É hora de construir a greve geral!**

Os presentes ao VII Congresso da Adunesp S. Sindical, reunidos nos dias 24 a 26 de março de 2017, nas dependências do Instituto de Artes (IA) da Unesp, em São Paulo, repudiam o projeto de Reforma da Previdência enviado ao Congresso Nacional pelo ilegítimo governo Temer, visto que:

- a Previdência não está falida, mentira deslavada, mas sim roubada descaradamente pelos integrantes do governo que quer reformá-la, por meio de desonerações fiscais, dívidas imensas das grandes empresas e utilização do dinheiro para obras faraônicas que não resultaram em nada. Desde a criação dos Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs), em 1933, que os grandes empresários metem a mão no dinheiro do trabalhador. A indústria de base foi construída com o dinheiro dos IAPS. A Ditadura Militar agradou os grandes empresários com o dinheiro da Previdência que, agora, serve para agradar o setor financeiro e os fundos de pensão. Precisam obrigar os trabalhadores a fazer previdência complementar privada e sustentar esse setor, responsável pelas crises sucessivas do capitalismo e do endividamento dos Estados. O setor financeiro é a expressão máxima da exploração capitalista, pois não produz nenhuma riqueza e nenhum bem à sociedade. Somente os especuladores que não produzem nada é que se beneficiam com isso, ou aqueles que querem esconder o dinheiro da corrupção ou ganho ilegalmente.

- chama-nos a atenção a proposta de estabelecer uma idade mínima de 65 anos para a aposentadoria de homens e mulheres. Em primeiro lugar, porque vivemos num país cuja expectativa média de vida é de 75,2 anos, mas que não passa de 69,7 anos, no Maranhão, ou de 70,4 anos, em Alagoas, por exemplo. Em segundo lugar, e não menos importante, porque vivemos numa sociedade onde ainda predominam concepções machistas, que reservam à mulher o maior ônus dos trabalhos domésticos e do cuidado com os filhos, ainda que tenham a maior parte do dia consumido por sua atuação no mercado de trabalho.

- fala-se da falência da Previdência, “esquecendo-se” que ela faz parte da Seguridade Social que, pasmem, é superavitária!

Essa proposta de Reforma da Previdência impõe que os trabalhadores que ainda não completaram 50 anos e as trabalhadoras que não completaram 45 anos só poderão se aposentar quando tiverem 65 anos. Se tiverem mais de 50 anos, devem pagar um pedágio de 50% a mais do tempo que ainda falta para completar os requisitos para a aposentadoria. Para receber o teto integral da Previdência, será necessário contribuir por 49 anos. Quando um dos cônjuges falecer, o outro receberá somente 50% de pensão. Só ficam de fora os servidores do Legislativo, do Judiciário, das Forças Armadas.

Se não lutarmos hoje, não teremos futuro! Vamos construir frentes com outros setores da classe trabalhadora, rumo à greve geral! Fora, Temer!

*São Paulo, 26 de março de 2017.
VII Congresso da Adunesp S. Sindical*

Não à reforma trabalhista e à terceirização. Repúdio aos ataques contra os trabalhadores. É hora de construir a greve geral!

Os presentes ao VII Congresso da Adunesp S. Sindical, reunidos nos dias 24 a 26 de março de 2017, nas dependências do Instituto de Artes (IA) da Unesp, em São Paulo, repudiam veementemente a aprovação do PL 4.302/98, na Câmara Federal, em 22/3/2017, que aprova a terceirização em todas as atividades das empresas e várias atividades do Estado, sem quaisquer restrições.

Não resta dúvida que a nova legislação incentivar as empresas a demitirem trabalhadores que estão sob o regime CLT para contratar terceirizados, com remuneração menor. Levantamento realizado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), em 2015, mostrou que os terceirizados recebiam em média 30% a menos do que os contratados diretos.

Não bastasse o duro ataque aos direitos trabalhistas embutido na aprovação dessa lei, ainda tramita no Congresso Nacional projeto de reforma trabalhista, enviada pelo ilegítimo governo Temer, e que ameaça extinguir direitos históricos dos trabalhadores. A principal medida proposta é que o “negociado possa prevalecer sobre o legislado”, ou seja, os acordos assinados entre patrões e sindicatos passarão a valer mais do que a lei. Outro ponto extremamente danoso é que as empresas poderão negociar a forma de distribuição da jornada de trabalho. As férias também estão sob séria ameaça, pois poderão ser divididas em até três vezes, com pagamento proporcional.

Num cenário em que o país vive uma imensa crise econômica, social e política, com 12 milhões de desempregados e aumento do custo de vida a cada dia, a aprovação do PL 4.302/98 e a ameaça de aprovação da reforma trabalhista, certamente as condições de vida da população trabalhadora serão ainda mais precarizadas. O que teremos de fato ao longo do tempo será uma onda de demissões de trabalhadores contratados pela CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) para posterior contratação terceirizada. Na prática, significa trabalho com salários mais baixos, maior jornada, menos direitos trabalhistas e péssimas condições de trabalho. Além disso, essa superexploração a que querem expor a classe trabalhadora resultará também em maior número de acidentes, doenças (estresse, depressão, lesões por esforço repetitivo e outras) e mortes no trabalho.

Não por acaso, essas medidas aparecem pelas mãos de um governo ilegítimo, composto majoritariamente por representantes de uma oligarquia carcomida e rica, que sequer imagina a dureza do cotidiano da ampla maioria das trabalhadoras e trabalhadores brasileiros.

Não poderemos aceitar esses descabros, essas tamanhas atrocidades! Por isso, fazemos um chamamento a todos para resistir e lutar contra a reforma trabalhista! Vamos construir frentes com outros setores da classe trabalhadora, rumo à greve geral! Fora, Temer!

*São Paulo, 26 de março de 2017.
VII Congresso da Adunesp S. Sindical*

Repúdio à reforma do ensino médio

Os presentes ao VII Congresso da Adunesp S. Sindical, reunidos nos dias 24 a 26 de março de 2017, nas dependências do Instituto de Artes (IA) da Unesp, em São Paulo, repudiam a reforma do ensino médio aprovada pelo Congresso Nacional e transformada na Lei 13.415/2017, sancionada pelo presidente Temer em 16 de fevereiro de 2017. Trata-se de uma antirreforma, já que altera de forma profunda a LDB 9.394/96 em suas diretrizes fundamentais, dando ao ensino médio e à educação profissional outro caráter. Altera, também, o Fundeb e a distribuição do financiamento público para a educação.

Estas mudanças se inserem dentro de uma conjuntura mais ampla de adequação dos pilares de desenvolvimento da sociedade capitalista brasileira aos moldes neoliberais, ao redefinir o lugar que os jovens de diferentes classes sociais ocuparão na esfera da produção, por meio da formação educacional presente nos currículos propostos para as escolas do ensino médio. Esta formação não possibilitará formação geral sólida, tampouco uma formação profissional de qualidade. Tem como característica básica aumentar a carga horária e empobrecer o currículo, sobretudo no que se refere ao conteúdo mais crítico.

A ênfase, mais uma vez, está na obrigatoriedade do ensino de língua portuguesa e matemática, como conteúdo obrigatório e definido para 60% do currículo. O restante será completado por meio de itinerários formativos específicos definidos em cada sistema de ensino, a partir das áreas: linguagens, matemática, ciências da natureza, ciências humanas e formação técnica e profissional. Outros aspectos preocupantes são: as parcerias público-privadas que estão previstas para viabilizar a formação profissional e a efetivação do notório saber como requisito para professor do ensino profissional. Estas mudanças ainda alterarão as matrizes do ENEM, do material didático-pedagógico, além dos cursos de formação de professores.

A reforma ainda tomará forma por meio de um conteúdo que será definido pela Base Nacional Comum Curricular, da qual todos os setores da sociedade civil que vinha participando desta elaboração foram alijados. Portanto, não resta outra alternativa a não ser lutar contra a implementação desta antirreforma.

*São Paulo, 26 de março de 2017.
VII Congresso da Adunesp S. Sindical*

.....

Os presentes ao VII Congresso da Adunesp S. Sindical, reunidos nos dias 24 a 26 de março de 2017, nas dependências do Instituto de Artes (IA) da Unesp, em São Paulo, subscrevem a nota a seguir:

Nota conjunta de solidariedade aos Institutos de Filosofia e Ciências Sociais e de História (UFRJ) e de repúdio à violência policial

Na última quarta-feira, dia 15/03, mais de um milhão de pessoas foram às ruas de todo país dizer não à reforma da previdência social que o governo golpista de Michel Temer tenta impor às trabalhadoras e aos trabalhadores brasileiros.

Outras pautas deram unidade ao belo ato realizado por organizações políticas, movimentos populares, entidades sindicais e da sociedade civil e lutadores e lutadoras do povo. Somos contra a reforma trabalhista, a entrega do patrimônio e das riquezas nacionais a grupos privados – nacionais e estrangeiros –, em especial, o pré-sal. Fomos enérgicos ao dizer que não serão retirados conquistas e direitos históricos da classe trabalhadora.

No Rio de Janeiro, o ato nacional foi engrossado por servidoras e servidores públicos, usuários dos serviços públicos de água, luz e transporte, trabalhadoras e trabalhadores que lutam contra a destruição da economia fluminense e contra as medidas de austeridade fiscal e de ataques de direitos levadas a cabo por Pezão e Piccioni, ambos do PMDB.

Repressão

Mais uma vez as forças públicas de segurança, ao invés de assegurar o direito constitucional de livre manifestação, agiram com covardia e brutalidade. Agrediram manifestantes, espancaram e perseguiram transeuntes.

A repressão foi tão violenta, que presenciamos o caso de uma professora que foi agredida a ponto de ter sua perna fraturada, sendo submetida a uma cirurgia de emergência.

Chamou-nos atenção, depois de encerrado o ato, a violência praticada contra pessoas que circulavam pela Cinelândia, independente de terem participado ou não da manifestação.

Causou-nos especial repulsa a invasão dos Institutos de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS) e de História (IH), da UFRJ. No interior do prédio federal, onde manifestantes perseguidos e violentamente agredidos pela Polícia Militar do Rio de Janeiro buscaram refúgio, os órgãos de segurança do estado detonaram bombas de efeito moral e de gás lacrimogêneo.

Infelizmente, a invasão do IFCS e do IH não é algo inédito. Nas lutas travadas em 2013, a polícia militar (PM) do Rio de Janeiro já havia invadido a unidade acadêmica, reeditando práticas abomináveis da ditadura militar. O prédio histórico da UFRJ, no Largo de São Francisco, é não só um espaço de produção e difusão de conhecimento, mas de referência e debate político para movimentos populares, organizações políticas e para a militância que entende que é possível construir uma universidade pública articulada com as lutas e com os interesses populares.

Denunciamos a tentativa de controle militarizado das diferenças e das reivindicações políticas. Essa atitude aponta para a acelerada subversão da ordem constitucional e para total destruição do Estado democrático e de direito. Tais práticas – cotidianas nas favelas e periferias – estão sendo tomadas para garantir a implementação de um pacote econômico e político que um governo federal ilegal, ilegítimo, antidemocrático e antinacional impõe goela abaixo do povo brasileiro.

Solidarizamo-nos com a comunidade acadêmica da UFRJ e, em particular, do IFCS e do IH. O IFCS e sua comunidade já resistiram ao arbítrio e à violência de uma ditadura militar. Certamente, com apoio do povo em luta, resistirá a mais essa investida do Estado de exceção em que hoje vivemos.

Manifestamos nosso apoio às direções dos dois Institutos. Exigimos a responsabilização dos comandantes das guarnições que perpetraram tal violência, assim como do comandante da PM, do secretário estadual de segurança e do governador, a quem cabe o comando das forças de segurança.

Assinam a nota:

1. Articulação Brasileira de Gays – ArtGay
2. Articulação de Esquerda – AE
3. Articulação de Mulheres Brasileiras – AMB
4. Associação de Docentes do CEFET-RJ
5. Associação de Docentes da UENF
6. Associação de Docentes da UERJ
7. Associação de Docentes da UFF
8. Associação de Docentes da UFRJ
9. Associação de Docentes da UNIRIO
10. Associação de Docentes da UFRRJ
11. Associação de Docentes da UNESP
12. Brigadas Populares
13. Campanha Ocupa Dops RJ
14. Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil - CTB
15. Central Nacional LGBT
16. Central Única dos Trabalhadores – CUT-RJ
17. Científicos y Universitarios Buenos Aires
18. Coletivo Articulação Popular
19. Coletivo Movimento Popular de Favelas
20. Coletivo RJ Memória, Verdade e Justiça
21. Coletivo Rosa-Zumbi
22. Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania da ALERJ
23. Consulta Popular
24. DCE UERJ
25. DCE UFRJ
26. Democracia Socialista
27. Deputada Estadual Enfermeira Rejane - PCdoB
28. Deputada Estadual Zeidan - PT
29. Deputado Estadual Eliomar Coelho - PSOL
30. Deputado Estadual Flávio Serafini - PSOL
31. Deputado Estadual Gilberto Palmares - PT
32. Deputado Estadual Marcelo Freixo - PSOL
33. Deputado Estadual Waldeck Carneiro - PT
34. Deputada Federal Benedita da Silva - PT
35. Deputado Federal Chico Alencar - PSOL
36. Deputado Federal Glauber Braga – PSOL
37. Deputada Federal Jandira Feghali - PCdoB
38. Deputado Federal Wadih Damous - PT
39. Federação de Favelas do Estado do Rio de Janeiro - FAFERJ
40. Filh@s e Net@s SP - DH, Memória, Verdade e Justiça
41. Filhos e Netos por Memória, Verdade e Justiça RJ
42. FÓRUM DAS SEIS entidades sindicais de trabalhadores docentes e técnico-administrativos, e entidades estudantis da UNESP, USP, UNICAMP e Centro Paula Souza
43. Fórum de Saúde RJ
44. Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação - FNDC

45. Frente Brasil Popular
46. Frente Povo Sem Medo
47. Instituto PACS
48. Intersindical
49. Intervenções – Coletivo Brasil de Comunicação Social
50. Juventude da Articulação de Esquerda - JAE
51. Kizomba
52. Levante Popular da Juventude
53. Liga Brasileira de Lésbicas - LBL
54. Marcha Mundial de Mulheres - MMM
55. Movimento de Luta nos bairros Vilas e Favelas – MLB
56. Movimento de Mulheres Olga Benário
57. Movimento dos Atingidos por Barragem - MAB
58. Movimento dos Pequenos Agricultores - MPA
59. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra - MST
60. Movimento Luta de Classes – MLC
61. Movimento por uma Alternativa Independente Socialista - MAIS
62. Movimentos dos Trabalhadores Sem-Teto - MTST
63. #partidA Feminista
64. Partido Comunista Brasileiro - PCB
65. Partido Comunista do Brasil - PCdoB
66. Partido dos Trabalhadores - PT
67. Partido Socialismo e Liberdade – PSOL
68. Rede Jubileu Sul
69. RUA - Juventude Anticapitalista
70. Senador Lindbergh Farias – PT
71. SEPE – Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação - RJ
72. Setorial LGBT da CMP Brasil
73. Setorial LGBT do PT
74. SINTTUFRJ
75. UNEAFRO - RJ
76. União Brasileira de Mulheres - UBM
77. União da Juventude Rebelião - UJR
78. União da Juventude Socialista – UJS
79. União Nacional dos Estudantes – UNE
80. União de Negras e Negros pela Igualdade - UNEGRO
81. União Estadual dos Estudantes - UEE/RJ
82. Unidade Popular pelo Socialismo-UP
83. Vereador Brizola Neto - PSOL
84. Vereador David Miranda – PSOL
85. Vereador Leonardo Giordano – PCdoB (Niterói)
86. Vereador Reimont Otoni - PT
87. Vereador Tarcisio Motta - PSOL
88. Vereadora Luciana Novaes - PT
89. Vereadora Marielle Franco - PSOL

.....

Os presentes ao VII Congresso da Adunesp S. Sindical, reunidos nos dias 24 a 26 de março de 2017, nas dependências do Instituto de Artes (IA) da Unesp, em São Paulo, indicam que a Adunesp subscreva a nota a seguir, a ser divulgada durante evento previsto para 31/3/2017:

MANIFESTO

Onde estão os desaparecidos políticos?

Estado de exceção ontem e hoje

Neste dia de 31 de março de 2017, reunimo-nos na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, que foi uma das instituições de ensino que teve estudantes presos, torturados, mortos e desaparecidos há décadas sem que nenhuma resposta tenha sido dada até agora. As famílias, a Universidade e a sociedade em geral têm direito de saber onde estão e o que aconteceu com cada um deles e com todos os desaparecidos. Eles fazem parte da história política do povo brasileiro.

Nesta história política, não podem ser esquecidos os 436 mortos e desaparecidos políticos, as 10.034 pessoas submetidas a inquérito e 7.376 indiciadas por crimes políticos, os 130 banidos, 4.862 cassados e os 6.952

militares atingidos pela ditadura segundo o Dossiê da Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos; os 1.196 camponeses e apoiadores mortos e desaparecidos de acordo com a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República; os 8.350 indígenas mortos e desaparecidos segundo o relatório da Comissão Nacional da Verdade, que só conseguiu pesquisar dez etnias. Esses números, embora muito incompletos, servem para sugerir a violência de um regime fundado por um golpe de Estado e baseado em crimes de lesa-humanidade.

Quase 53 anos depois do golpe de 1964, o Estado continua com sua dívida em relação aos desaparecidos políticos. A Comissão Nacional da Verdade não logrou fazer avanços significativos na questão, e o seu relatório foi engavetado pelo governo federal, inclusive a recomendação de investigar e responsabilizar os agentes das graves violações de direitos humanos de acordo com a decisão da Corte Interamericana de Direitos Humanos sobre a lei de anistia.

O Estado brasileiro continua descumprindo a decisão da Corte Interamericana de Direitos Humanos de 2010, no caso Gomes Lund e Outros vs. Brasil, sobre a Guerrilha do Araguaia, de localizar os desaparecidos, investigar as circunstâncias dos crimes e punir os agentes responsáveis pelas torturas, execuções extrajudiciais e desaparecimentos forçados.

A busca dos desaparecidos do Araguaia está paralisada. Em São Paulo, o trabalho de identificação das ossadas da Vala de Perus, iniciado em 1990, até hoje não foi concluído devido à paralisação em diversos momentos. Há pouco terminaram os contratos da equipe de antropologia forense que vinha atuando, com interrupções, desde 2014. O governo federal realizou uma contratação temporária de apenas três técnicos, o que não substitui uma equipe.

Falta realizar, na grande maioria dos casos, a retificação dos atestados de óbito dos mortos e desaparecidos políticos. Apesar da lei no 9140 de 1995, que reconheceu “como mortas pessoas desaparecidas em razão de participação, ou acusação de participação, em atividades políticas, no período de 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979”, os atestados não mencionaram os crimes de lesa-humanidade cometidos pela ditadura, tampouco a responsabilidade do Estado brasileiro.

Quase 53 anos depois do golpe de 1964, a democracia continua sendo ferida; está sendo atingida a democracia representativa e o voto popular, ergue-se uma onda de ataque institucional contra os direitos humanos, o que inclui retrocessos no campo dos direitos sociais, dos direitos territoriais das comunidades tradicionais e dos direitos originários dos povos indígenas, que continuam sofrendo ações de etnocídio e genocídio.

Quase 53 anos depois do golpe de 1964, o Estado brasileiro continua a vigiar e reprimir militantes e manifestantes por direitos tão básicos como a circulação, a saúde, a educação. Continua existindo uma polícia militarizada, contra as recomendações da ONU, da Comissão Nacional da Verdade e de outras Comissões da Verdade, bem como dos movimentos contra a violência policial e contra o encarceramento em massa e o genocídio da juventude preta, pobre e periférica.

Amanhã, primeiro de abril, o golpe de 1964 fará 53 anos. Para protestar contra tudo o que não foi resolvido em matéria de democracia e justiça de transição, chamamos para um ato no antigo DOI-Codi de São Paulo, na rua Tutoia, n. 921, às 16 horas.

Apesar da recomendação da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva” de transformar o antigo DOI-Codi em local de memória política, e da decisão do Condephaat, o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico, pelo tombamento do prédio, a mudança de uso do imóvel ainda não foi realizada pelo Governo do Estado, o que configura mais uma dívida com os mortos e desaparecidos políticos.

Assinaram até o momento:

Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos
CPMVJ - Comitê Paulista Pela Memória, Verdade e Justiça
Associação Juizes para a Democracia
Brigadas Populares
Casa da Solidariedade
CEEP - Centro de Educação, Estudos e Pesquisas
Central Sindical UST
Centro Acadêmico XI de Agosto
Centro Popular de Defesa dos Direitos Humanos Frei Tito de Alencar Lima
Cia. Carne Agonizante
COADE - Coletivo Advogados para Democracia
Coletivo Merlino
Conectas
Conselho Regional de Psicologia - CRP
COOPERATIVA PAULISTA de DANÇA
FENAMETRO - Federação Nacional dos Metroviários
FENET - Federação Nacional de Estudantes em Ensino Técnico
Filhos e Netos por Memória, Verdade e Justiça RJ
Grupo Filh@s e Net@s SP- Direitos Humanos, Memória, Verdade e Justiça
Grupo Tortura Nunca Mais
HIJOS (Hijos e Hijas por la Identidad y la Justicia contra el Olvido y el Silencio
Instituto de Pesquisa Direitos e Movimentos Sociais - GT Justiça de Transição
Kiwi Companhia de Teatro
Mandato da vereadora Isa Penna
Mandato da vereadora Juliana Cardoso
Mandato do vereador Toninho Vespoli

Marcha Mundial das Mulheres
Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas - MLB
Movimento de Mulheres Olga Benario
Movimento Luta de Classes - MLC
MTST - Movimento de Trabalhadores Sem Teto
Núcleo de Preservação da Memória Política
Pastoral Operária Metropolitana de São Paulo
PCR - Partido Comunista Revolucionário
Projeto Memória da OSM-SP
Promotoras Legais Populares
Rádio Popular
Rede Índio É Nós
SOF Sempre Viva Organização Feminista
Teatro Studio Heleny Guariba
UJR - União da Juventude Rebelião
União de Mulheres de São Paulo
UP - Unidade Popular Pelo Socialismo
#partidA feminista